

DOI: <https://doi.org/10.9771/rcufba.v19i1.63121>**A Influência da Informação Contábil na Transparência dos Governos Locais:
Desencontros Teóricos, Empíricos e Metodológicos****The Influence of Accounting Information on the Transparency of Local Governments:
Theoretical, Empirical and Methodological Disagreements****Franklin Gramacho**Universidade Federal da Bahia
gramacho_90@hotmail.com**RESUMO**

O objetivo deste ensaio teórico foi analisar e discutir as principais lacunas dos estudos que sugerem variáveis contábeis como influentes da transparência de governos locais. Para tanto, foram selecionados 32 artigos nas bases SCOPUS, *Web of Science*, SciELO, SPELL e periódicos CAPES. Como resultado das análises, foram identificados argumentos teóricos concorrentes e inadequações metodológicas nos estudos realizados. Assim, espera-se que o avanço dessa literatura deva passar, necessariamente, por uma reforma metodológica que envolva a escolha de *proxies* e seleção de amostras mais adequadas, métodos condizentes com os objetivos das pesquisas e a validação dos modelos econométricos utilizados. Antes disso, a comparação entre os estudos e a escolha de qualquer argumento teórico para explicar a relação entre variáveis contábeis e transparência municipal restará fragilizada.

Palavras-chave: Determinantes da transparência. Governos locais. Variáveis contábeis. Ensaio teórico.

ABSTRACT

The main objective of the article was to analyze and discuss the main gaps in studies that suggest accounting variables as influencers the transparency of local governments. To this end, 32 articles were selected from the SCOPUS, *Web of Science*, SciELO, SPELL and CAPES journals. As a result of the analyses, competing theoretical arguments and methodological inadequacies in the studies carried out were discovered. Therefore, it is expected that the advancement of this literature must necessarily go through a methodological reform that involves the choice of proxies and selection of more appropriate samples, methods consistent with the research objectives and the validation of the econometric models used. Before that, the comparison between studies and the choice of any theoretical argument to explain the relationship between accounting variables and municipal transparency will remain fragile.

Keywords: Determinants of transparency. Local governments. Accounting variables. Theoretical essay.

Recebido em: 19/08/2024. Aceito em: 10/01/2025. Publicado em: 11/03/2025. Editor: Anna Beatriz Palmeira



1 INTRODUÇÃO

A origem semântica e etimológica da transparência remonta ao século XV e remete à visão. Com o passar do tempo, o termo assumiu diferentes enfoques e dimensões. Na perspectiva da administração pública contemporânea, a transparência trata-se de um instrumento fundamental nos governos democráticos. Por meio da divulgação de informações completas, compreensíveis, tempestivas e relevantes, é possível identificar a realidade e avaliar o desempenho dos governos. Assim, viabiliza-se a prestação de contas dos gestores, otimiza-se a fiscalização dos legislativos e demais órgãos de controle externo e garante-se o exercício do controle social. Enfim, o ideal democrático é fortalecido (Martinho et al., 2023; Waheduzzaman e Khandaker, 2022).

Dentro desta ampla temática, uma linha de pesquisa específica investiga quais variáveis influenciam os níveis de transparência dos governos locais. Tais estudos se justificam pelo fato de municípios submetidos às mesmas exigências legais, no que diz respeito à necessidade de divulgar informações, apresentarem diferentes níveis de transparência. Essa não é uma realidade exclusiva do Brasil (Herman et al., 2022), mas também de países como a China (Sun e Andrews, 2020), Portugal (Tavares e Cruz, 2020), Lituânia (Birskyte, 2018), Estados Unidos (Bearfield e Bowman, 2016) e Eslováquia (Beblavá et al., 2016). Nota-se que o imperativo da lei não é suficiente para explicar a transparência dos governos locais.

Entres os influentes da transparência municipal investigados, é possível identificar variáveis de cunho contábil. A ideia é que essas variáveis podem refletir a realidade econômico-financeira do município, bem como o desempenho da gestão. Assim, a partir da premissa da racionalidade dos indivíduos, espera-se que os gestores gerenciem os níveis de transparência a depender da realidade municipal. Nesta perspectiva, as informações contábeis ajudariam a explicar e prever o nível de transparência dos governos locais.

Os argumentos de que os níveis de transparência dos governos locais seriam influenciados pelos seus números contábeis encontram guarida na teoria urbana crítica (Waheduzzaman e Khandaker, 2022), da escolha pública (Santos e Machado, 2021; Pagliari et al., 2020), do gerenciamento de impressão (Santos e Machado, 2021), da ilusão fiscal (Bastida et al., 2020) e, sobretudo, da agência e da legitimidade (Baldissera et al., 2023; Fenner et al., 2022; Brás e Dowley, 2021; Romero e Mello, 2021; Santos e Machado, 2021; Sun e Andrews, 2020; Bastida et al., 2020; Tejedo-Romero e Araujo, 2020; Baldissera et al., 2020).

No entanto, os resultados desses estudos são incongruentes entre si. Mesmo entre os artigos que avaliaram municípios de um mesmo país, sob às mesmas obrigações legais acerca da necessidade de divulgar informações, as divergências persistem. Entre os autores que detectaram a influência de variáveis contábeis na transparência municipal, os resultados ainda diferem acerca da direção e tamanho dos efeitos.

A identificação da influência dos números contábeis na transparência de governos locais pode ser relevante, por exemplo, aos órgãos de controle externo e poderes legislativos municipais. Em certa medida, as variáveis contábeis que influenciam negativamente a transparência podem ser vistas como sinais de alerta para esses atores no exercício das suas funções fiscalizadoras. É esperado que o conhecimento acerca dos influentes da transparência municipal também seja relevante aos cidadãos no exercício do controle social e na tomada de decisões mais racionais, inclusive, eleitorais (Gramacho, 2024).

Não obstante, a divergência de resultados nesta literatura pode desincentivar a utilização prática dos resultados publicados, uma vez que, dificultam-se possíveis consensos acerca das descrições e explicações sobre o assunto, bem como das previsões dos níveis de transparência dos municípios a partir de variáveis contábeis.

Desta forma, em busca de entender os desencontros dessa linha de pesquisa e refletir sobre possíveis meios de avançar o estado da arte relacionado ao tema, este ensaio teórico analisou e discutiu as principais lacunas dos estudos que sugerem variáveis contábeis como influentes da transparência de governos locais.

A partir de uma revisão da literatura nas bases de dados da SCOPUS, *Web of Science*, SciELO, SPELL e periódicos CAPES, selecionaram-se 32 artigos nacionais e internacionais. Foram considerados estudos empíricos dos últimos 05 anos (2020 a 2024) que sugerem variáveis contábeis como influentes da transparência dos governos locais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 REVISÃO DA LITERATURA QUE INDICA VARIÁVEIS CONTÁBEIS COMO INFLUENTES DA TRANSPARÊNCIA DE GOVERNOS LOCAIS

Ao considerar um conceito de contabilidade mais amplo, de modo a abranger diversos enfoques e abordagens, o presente ensaio trata como variáveis contábeis todas as informações dos governos locais de cunho econômico-financeira, fiscal, patrimonial e orçamentária.

Gramacho (2024) revisou a literatura em busca de identificar as variáveis que ajudariam a explicar os níveis de transparência dos governos locais. O autor considerou artigos empíricos publicados até agosto de 2023. Foram selecionados 80 estudos nacionais e internacionais, entre os quais, 64 testaram se variáveis contábeis influenciariam a transparência dos governos locais. Um total de 28 dos 64 artigos foram publicados nos últimos 05 anos (2020 a 2024).

Por oportuno, haja vista a necessidade de fornecer uma análise ainda mais atualizada, foi realizada uma expansão dessa revisão de literatura. Essa nova revisão considerou o período de agosto de 2023 até junho de 2024. A Tabela 01 apresenta os parâmetros das buscas e o resumo dos resultados.

Tabela 01 - Revisão da literatura no período de agosto/2023 a junho/2024

Informações	REPOSITÓRIO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS						
	SCOPUS	Web of Science	SPELL	SciELO	SciELO	SPELL	Periódicos CAPES
Período	01/08/23 a 01/06/24	01/08/23 a 01/06/24	01/08/23 a 01/06/24	01/08/23 a 01/06/24	01/08/23 a 01/06/24	01/08/23 a 01/06/24	01/08/23 a 01/06/24
Resultados	124 artigos	74 artigos	01 artigo	130 artigos	02 artigos	23 artigos	222 artigos
Selecionados	02 artigos	01 artigo	-	-	-	-	04 artigos
Palavras-chave pesquisadas nos resumos	"governmental transparency" or "government transparency" or "fiscal transparency" or "public transparency" or "political transparency" or "policy transparency".				"transparência" ou "disclosure" e "município".		

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Nessa nova revisão da literatura, foram selecionados 07 artigos que testaram se variáveis contábeis influenciariam a transparência dos governos locais, conforme demonstra a Tabela 01. No entanto, 03 deles já haviam sido apontados na revisão realizada por Gramacho (2024). Assim, esse ensaio teórico considerou um total de 32 artigos dos últimos 5 anos.

Caso fossem considerados artigos publicados antes de 2020, a lista seria ampliada. No entanto, quanto mais distante no tempo, maior o risco de quebras estruturais capazes de modificar a direção e o tamanho dos efeitos da relação entre as variáveis, de modo a comprometer comparações com estudos atuais.

Os resultados dos artigos selecionados divergem em relação à capacidade de as

informações contábeis explicarem os níveis de transparência dos governos locais. Entre os autores que identificaram a influência, a direção e o tamanho dos efeitos não convergem (Kang e Chen, 2022; Brás e Dowley, 2021; Bastida et al., 2020). Mesmo entre os artigos que avaliaram municípios de um mesmo país, submetidos às mesmas exigências legais acerca da necessidade de divulgar informações, os desencontros persistem (Martinho et al., 2023; Brás e Dowley, 2021; Baldissera et al., 2020; Diniz et al., 2020).

Essa falta de convergência entre os resultados indica uma literatura ainda em fase de maturação. Neste cenário, dificulta-se o desenvolvimento de qualquer teoria, uma vez que, resta comprometida a credibilidade das descrições e explicações acerca do assunto, bem como das previsões dos níveis de transparência dos municípios a partir de variáveis contábeis.

Ainda assim, não seria adequado fornecer qualquer interpretação acerca de tais divergências, nem apontar caminhos em prol de avançar o estado da arte relacionado ao tema, antes de investigar detalhadamente as principais características dos estudos selecionados e das variáveis contábeis testadas. Isso é feito na próxima subseção.

2.2 CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS SELECIONADOS

A literatura que visa identificar se as informações contábeis ajudam a explicar os níveis de transparência dos governos locais contém estudos que avaliaram municípios de vários países. A Figura 01 detalha a quantidade de artigos por país entre os 32 estudos selecionados.

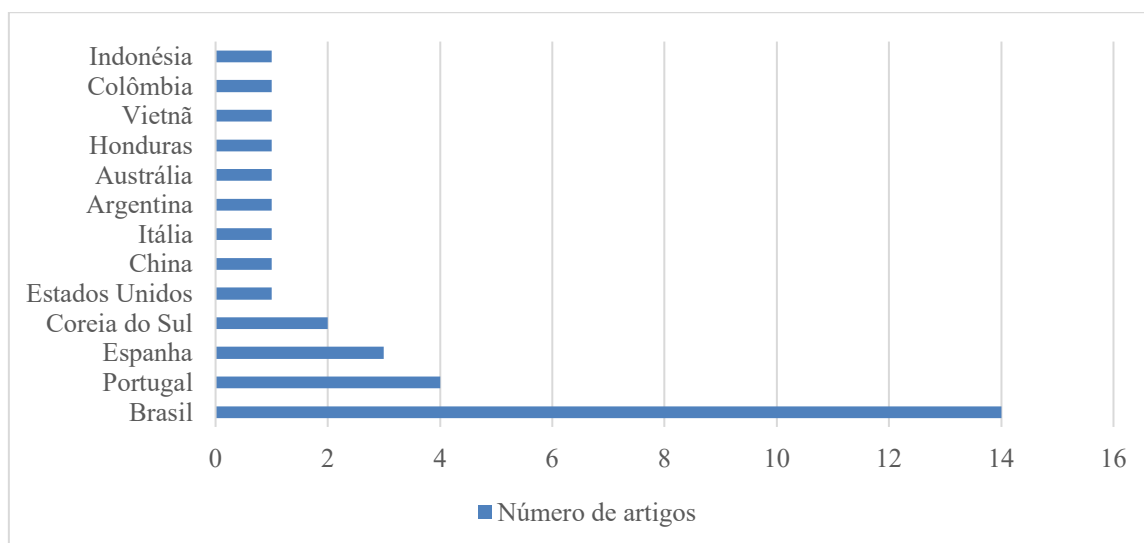


Figura 01 - Países dos governos locais analisados nos artigos identificados

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Nota-se a presença de países dos continentes americano, europeu, asiático e oceânico. Essa diversidade indica que o interesse em identificar os determinantes da transparência dos governos locais é mundial. Em todos esses estudos, variáveis contábeis foram testadas como possíveis influentes. No entanto, há uma predominância de estudos que utilizaram municípios brasileiros como amostra.

Tendo em vista a quantidade de municípios brasileiros, a Tabela 02 evidencia as amostras utilizadas nos 14 artigos nacionais identificados.

Tabela 02 - Amostras dos municípios brasileiros utilizadas nos estudos

AUTOR (ANO-BASE)	AMOSTRA
Baldijsa et al. (2023)	3.550 municípios brasileiros.
Mata (2022)	78 municípios do Espírito Santo.
Fenner et al. (2022)	1.134 municípios brasileiros.
Gramacho (2022)	632 municípios brasileiros de médio e grande porte.
Carlos Filho et al. (2021)	184 municípios de Pernambuco.
Romero e Mello (2021)	50 municípios da região Oeste do Paraná.
Santos e Machado (2021)	157 municípios da Paraíba.
Santos et al. (2021)	204 municípios de Minas Gerais.
Baldijsa et al. (2020)	Quatro amostras: 3.313, 3.273, 3.457 e 3.457 municípios brasileiros.
Costa et al. (2020)	257 municípios brasileiros de médio porte.
Lopes et al. (2020)	279 municípios de Minas Gerais com mais de 10 mil habitantes.
Pagliari et al. (2020)	360 municípios brasileiros.
Diniz et al. (2020)	153 municípios do Ceará.
Araujo et al. (2020)	Duas amostras: 1415 municípios brasileiros e 108 municípios de Minas Gerais.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A Tabela 02 demonstra que a maioria dos estudos brasileiros analisaram municípios de estados específicos. Entre os artigos que utilizaram amostras ao nível nacional, observam-se seleções de amostras não aleatórias/probabilísticas. As implicações dessa heterogeneidade das amostras são discutidas na próxima seção.

As variáveis contábeis mais testadas como influentes da transparência municipal são: autonomia financeira, dependência financeira, endividamento, transferências recebidas, receitas, despesas e investimentos. A Tabela 03 apresenta essas variáveis, os seus respectivos efeitos encontrados e os países dos governos locais considerados na amostra de cada artigo.

Tabela 03 – Efeitos das variáveis contábeis na transparência dos governos locais

(Continua)

VARIÁVEIS CONTÁBEIS	ARTIGO (ANO-BASE)	TIPO DE INFLUÊNCIA	PAÍS
Autonomia Financeira	Tavares e Cruz (2020)	Positiva	Portugal
	Shin et al. (2020)	Não significativa	Coreia do Sul
	Yuniarta e Purnamawati (2020)	Positiva	Indonésia
	Martín et al. (2022)	Não significativa	Espanha
	Santos e Machado (2021)	Negativa ou não significativa	Brasil
	Galli et al. (2020)	Não significativa	Itália
Dependência Financeira	Sun e Andrews (2020)	Negativa	China
	Tejedo-Romero e Araujo (2020)	Positiva ou não significativa	Espanha
	Baldijsa et al. (2020)	Não significativa	Brasil
	Diniz et al. (2020)	Negativa	Brasil
	Baldijsa et al. (2023)	Negativa ou não significativa	Brasil
Endividamento	Brás e Dowley (2021)	Negativa	Portugal
	Bastida et al. (2020)	Não significativa	Honduras
	Kang e Chen (2022)	Positiva	EUA
	Martín et al. (2022)	Não significativa	Espanha
	Martinho et al. (2023)	Não significativa	Portugal
	Baldijsa et al. (2020)	Não significativa	Brasil
	Fenner et al. (2022)	Não significativa	Brasil
	Baldijsa et al. (2023)	Não significativa	Brasil
Transferências Recebidas	Bastida et al. (2020)	Positiva	Honduras
	Thuy e Lim (2023)	Negativa	Vietnã
	Romero e Mello (2021)	Não significativa	Brasil
	Baldijsa et al. (2023)	Negativa ou não significativa	Brasil

(Conclusão)			
VARIÁVEIS CONTÁBEIS	ARTIGO (ANO-BASE)	TIPO DE INFLUÊNCIA	PAÍS
Despesa	Sun e Andrews (2020)	Não significativa	China
	Hong (2020)	Positiva ou não significativa	Coreia do Sul
	Thuy e Lim (2023)	Positiva	Vietnã
	Martinho et al. (2023)	Negativa	Portugal
	Araújo et al. (2020)	Negativa ou não significativa	Brasil
Receita	Martín et al. (2022)	Positiva	Espanha
	Costa et al. (2020)	Não significativa	Brasil
	Lopes et al. (2020)	Negativa	Brasil
	Santos et al. (2021)	Negativa	Brasil
	Romero e Mello (2021)	Não significativa	Brasil
	Pagliari et al. (2020)	Não significativa	Brasil
	Mata (2022)	Positiva	Brasil
	Araújo et al. (2020)	Não significativa	Brasil
Investimento	Martín et al. (2022)	Não significativa	Espanha
	Baldissera et al. (2020)	Positiva e não significativa	Brasil
	Fenner et al. (2022)	Não significativa	Brasil
	Santos e Machado (2021)	Positiva ou negativa	Brasil
	Baldissera et al. (2023)	Positiva	Brasil

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A Tabela 03 evidencia a divergência dos resultados dessa literatura. Não há unanimidade em relação ao tipo de efeito para nenhuma das variáveis.

Por oportuno, é importante ressaltar as diferenças entre *proxies* utilizadas para representar alguns construtos apresentados na Tabela 03. Em relação à autonomia e dependência financeira, não há divergências essenciais. É considerada basicamente a relação entre receitas geradas pelos governos locais e as suas receitas totais para mensurar a autonomia financeira, e a relação entre as transferências recebidas pelos governos locais e as suas receitas totais para mensurar a dependência financeira.

A operacionalização do construto endividamento apresenta variações. São utilizadas a dívida municipal total (Martinho et al., 2023) e per capita (Bastida et al., 2020; Fenner et al., 2022), o logaritmo natural das dívidas totais per capita (Brás e Dowley, 2021; Kang e Chen, 2022), o total da dívida financeira per capita (Tejedo-Romero e Araujo, 2020) e o total do passivo permanente mais o passivo financeiro menos o ativo financeiro, dividido pela receita corrente líquida (Baldissera et al., 2023; Baldissera et al., 2020).

Quanto às transferências, são utilizados como *proxies* os valores das transferências recebidas do governo central per capita (Bastida et al., 2020), as receitas de transferências recebidas divididas pela receita total (Baldissera et al., 2023), o total de subsídios intergovernamentais recebidos (Thuy e Lim, 2023) e essa mesma variável padronizada (Romero e Mello, 2021). Em relação à despesa, a mensuração varia entre o valor da despesa municipal total (Thuy e Lim, 2023; Hong, 2020), per capita (Martinho et al., 2023; Araújo et al., 2020) e o logaritmo natural dos gastos totais da gestão (Sun e Andrews, 2020).

Os estudos também divergem acerca da operacionalização da variável receita municipal. São considerados os logaritmos naturais da receita fiscal per capita (Martín et al., 2022), da receita corrente per capita (Lopes et al., 2020) e do total das receitas arrecadadas (Mata, 2022). Ademais, são utilizados como *proxies* o valor da relação entre receita tributária e receita total (Costa et al., 2020), a receita total per capita (Santos et al., 2021; Araújo et al., 2020), a receita total deduzida das contribuições para o custeio da previdência e suas compensações financeiras (Pagliari et al., 2020) e a receita orçamentária padronizada (Romero e Mello, 2021).

Em relação à mensuração da variável investimento, a literatura considera a soma dos investimentos reais e transferências de capital per capita (Martín et al., 2022), o total de investimento dividido pela receita corrente líquida (Baldissera et al., 2023; Baldissera et al., 2020), o total de despesas de capital pagas per capita (Fenner et al., 2022) e o Índice Firjan de Gestão Fiscal na dimensão investimento (Santos e Machado, 2021).

A forma de medição da transparência municipal também não é unânime na literatura. A Tabela 04 evidencia as *proxies* utilizadas entre os 14 estudos nacionais selecionados.

Tabela 04 – Proxies utilizadas para mensurar a transparência pública municipal

ARTIGO (ANO-BASE)	PROXY DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL
Baldissera et al. (2023) Fenner et al. (2022) Baldissera et al. (2020)	Índice atribuído pelo Ministério Público Federal (MPF) – verificação da transparência ativa (20 itens), passiva (10 itens) e das boas práticas de transparência (2 itens).
Costa et al. (2020)	Índice de transparência pública municipal - verificação de 38 quesitos nos portais eletrônicos das prefeituras.
Lopes et al. (2020)	Indicador de conformidade em transparência municipal - verificação de 27 quesitos da Lei de Acesso à Informação e alguns princípios de boa governança propostos pelo MPF e Controladoria-Geral da União (CGU).
Santos et al. (2021)	Índice atribuído pela CGU aos municípios na 3ª edição do Programa Escala Brasil Transparente (EBT) – verificação da transparência passiva.
Santos e Machado (2021)	Índice de transparência fiscal ativa do fórum paraibano de combate à corrupção – verificação das informações mínimas legalmente exigidas nos portais de transparência (60%), frequência que determinada informação é disponibilizada (7%) e facilidade de acesso/navegação no portal de transparência (33%).
Romero e Mello (2021)	Índice de divulgação financeira - <i>checklist</i> nos relatórios contábeis do município (prática não existente ou não identificada: 0; poucas informações ou parte da prática: 1; quase total da informação ou prática, quando o demonstrativo é divulgado conforme o MCASP e sem nota explicativa ou em desconformidade com o MCASP e com nota explicativa: 2; informação ou prática completa, conforme MCASP e com nota explicativa: 3).
Gramacho (2022)	Índice atribuído pela CGU aos municípios na 2ª edição EBT – verificação de 08 quesitos da transparência passiva (50%) e 10 da transparência ativa (50%).
Pagliari et al. (2020)	Índice de transparência construído com base em Biderman e Potomati (2015) - verificação dos documentos relacionados à execução orçamentária e financeira no sítio da prefeitura (55%), quantidade de anos em que as informações são disponibilizadas e a frequência com que são atualizados (5%), facilidade de acesso aos dados (40%).
Diniz et al. (2020)	Índice de transparência digital construído com base em Amorim (2012) – verificação das dimensões geral (peso 02), técnica (peso 02) e específica (peso 6).
Mata (2022)	Índice de <i>disclosure</i> dos procedimentos contábeis patrimoniais, construído com base em Piccini (2018) e Piccini et al. (2022) - 20 itens verificados.
Carlos Filho et al. (2021)	Índice de transparência dos municípios pernambucanos apresentado pelo TCE/PE em seu sítio eletrônico – verificação da divulgação de itens sobre conteúdo (transparência da gestão fiscal e lei de acesso à informação) e requisitos tecnológicos (do sítio do portal da transparência e das sessões receita, despesa, licitações e contratos). Avaliação baseada nas exigências da LRF, Lei Complementar 131/2009, Decreto 7.185/2010 e Lei n.º 12.527/2011.
Araújo et al. (2020)	Índice atribuído pela CGU aos municípios na 3ª edição do Programa EBT – verificação da transparência passiva.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

As diferenças entre as *proxies* da transparência municipal passam pela consideração ou não da transparência ativa, passiva e facilidade de acesso aos dados. Os índices ainda divergem entre variáveis categóricas ou contínuas, limitadas a diferentes intervalos.

Quanto à metodologia, a regressão linear múltipla, utilizando o Método dos Mínimos

Quadrados Ordinários (MQO), é a abordagem econométrica mais utilizada entre os estudos identificados. No Brasil, a proporção é ainda maior. Entre os 14 estudos que investigaram variáveis contábeis como influentes da transparência de municípios brasileiros, 11 utilizaram o MQO como modelo econométrico principal. Além disso, com exceção de Santos e Machado (2021), todos os artigos nacionais utilizaram dados *cross-section*.

As variáveis contábeis não são as únicas a serem testadas como influentes da transparência dos governos locais. Fatores demográficos, político-eleitorais, institucionais e características pessoais dos gestores também são considerados. No entanto, a quantidade de variáveis independentes não é a mesma entre os estudos. A nível internacional, enquanto Martín et al. (2022) considera 19 variáveis mais 21 *dummies* regionais como determinantes da transparência de 96 municípios espanhóis, Yuniarta e Purnamawati (2020) utiliza apenas 3 variáveis para uma amostra de 262 governos locais indonésios. No Brasil, enquanto Baldissera et al. (2020) considera 17 variáveis mais 4 *dummies* regionais para analisar os influentes da transparência de 3457 municípios brasileiros, Carlos Filho et al. (2021) utiliza apenas 5 variáveis independentes na investigação de 184 municípios pernambucanos.

No âmbito teórico, os estudos baseiam-se em argumentos fornecidos pela teoria urbana crítica (Waheduzzaman e Khandaker, 2022), da escolha pública (Santos e Machado, 2021; Pagliari et al., 2020), do gerenciamento de impressão (Santos e Machado, 2021), da ilusão fiscal (Bastida et al., 2020), da agência e da legitimidade (Baldissera et al., 2023; Fenner et al., 2022; Brás e Dowley, 2021; Romero e Mello, 2021; Santos e Machado, 2021; Sun e Andrews, 2020; Bastida et al., 2020; Tejedo-Romero e Araujo, 2020; Baldissera et al., 2020).

Todas essas teorias podem ser consideradas na perspectiva dos governos locais. Desta forma, a teoria da agência focaria na relação entre agente (prefeito) e principal (municípios), onde os problemas surgiriam devido à assimetria informacional e interesses divergentes entre essas partes. A teoria da legitimidade sugeriria que os prefeitos buscam legitimar suas ações perante os municípios, conforme as expectativas sociais, com o intuito de ganhar capital político, se reelegerem ou manterem seu grupo político no poder. A teoria do gerenciamento de impressão indicaria como os prefeitos e a sua gestão manipulam a forma como são percebidos pelos municípios. A teoria da escolha pública apontaria que os prefeitos e demais agentes públicos municipais tomam decisões políticas e econômicas de forma racional e egoísta. A teoria da ilusão fiscal trataria de como os governos locais podem distorcer a percepção dos municípios acerca dos custos e benefícios tributários. E a teoria urbana crítica permitiria sugerir que os governos locais podem atrair empresas e cidadãos mais ricos como estratégia para gerar mais ativos financeiros.

Neste complexo teórico, em alguns casos, as explicações que sugerem as direções dos efeitos das variáveis contábeis na transparência municipal convergem. Em outros casos, as teorias fornecem argumentos concorrentes. Entre as convergências, destaca-se que as teorias da agência, da legitimidade, da escolha pública e do gerenciamento de impressão permitem sugerir que quanto melhor a gestão fiscal municipal, maior seria a transparência. O argumento é que a divulgação de resultados positivos geraria uma melhor imagem do prefeito perante o município e aumentaria a sua chance de reeleição ou a continuidade de seu grupo político no poder.

Entre as divergências, destaca-se a variável dependência financeira. Em municípios mais dependentes de receitas não fiscais, os municípios contribuem menos para o fluxo de receitas locais. Isso pode enfraquecer a relação agente-principal e desincentivar a divulgação de informações. Além disso, com base no efeito *flypaper*ⁱ, as transferências recebidas podem promover menos o bem-estar dos cidadãos do que o esperado, motivando a ocultação de informações pelos gestores municipais. Assim, seria plausível esperar que quanto maior a dependência financeira do município, menor a transparência municipal. No entanto, os

financiadores dos municípios mais dependentes - geralmente Estados e União – devem fiscalizar os recursos fornecidos. Neste cenário, esses governos locais podem ser obrigados a divulgar determinadas informações, ou teriam um maior incentivo para serem transparentes voluntariamente em prol de continuar recebendo transferências intergovernamentais.

As explicações acerca da direção dos efeitos do endividamento municipal na transparência também podem divergir. Por um lado, municípios mais endividados tenderiam a ser menos transparentes, uma vez que, estariam menos dispostos a divulgar informações que reflitam sobre esta vulnerabilidade. Por outro lado, pode existir um incentivo para municípios com níveis de dívida mais elevados divulgarem informações financeiras voluntariamente. Isso acontece pela possibilidade de a redução dos custos dos juros superar o custo da sinalização. Nesta linha, haveria baixo incentivo à divulgação de informações em municípios pouco endividados, dado que dificilmente os custos e esforços administrativos superariam os ganhos potenciais obtidos com essa sinalização.

Argumentos concorrentes também podem ser identificados com a variável receita total. Municípios com elevada receita total pode indicar uma maior capacidade da gestão em arcar com os custos da transparência, além de sugerir uma grande oferta de serviços aos cidadãos, aumentando a pressão social pela prestação de contas por meio da divulgação de informações. No entanto, a depender do tipo de atuação do grupo de oposição política local, essas informações podem receber sempre a pior interpretação, ou até mesmo serem distorcidas, de modo a desmotivar a transparência por parte da gestão vigente.

Esses e outros argumentos antagônicos acerca da direção dos efeitos das variáveis contábeis na transparência municipal maximizam a importância do empirismo para selecionar as teorias e argumentos mais adequados. No entanto, os resultados dos estudos empíricos são divergentes, conforme demonstrado na Tabela 03. Esse cenário revela uma linha de pesquisa em fase de maturação, onde são dificultados possíveis consensos acerca das descrições, explicações e previsões dos níveis de transparência dos municípios a partir de variáveis contábeis.

Com o objetivo de entender a dessincronia dos resultados catalogados nessa literatura e refletir a respeito de possíveis meios de avançar o estado da arte, a próxima seção analisa e discute as principais lacunas dos 32 estudos identificados que sugerem variáveis contábeis como influentes da transparência dos governos locais.

3. ANÁLISES E DISCUSSÕES

3.1 O PROBLEMA DA COMPARAÇÃO ENTRE ESTUDOS DE PAÍSES DIFERENTES

Conforme visto na seção anterior, podem existir argumentos concorrentes acerca da direção dos efeitos das variáveis contábeis na transparência municipal. Uma vez que os países apresentam especificidades relacionadas ao ambiente político-institucional, legal, administrativo e cultural, é possível que uma mesma variável que influencie a gestão a ser mais transparente em um país, não exerça efeitos significativos ou até mesmo reduza os incentivos à divulgação de informações em outro. Destarte, é necessário parcimônia na comparação entre estudos que utilizaram amostras de países diferentes.

O arcabouço legal e normativo, o nível de aplicação das leis, a qualidade da democracia e o nível de desenvolvimento social são alguns fatores nacionais que podem explicar a variação das condições e motivações para divulgação de informações por gestores de governos locais de países diferentes. Isto é, em diferentes contextos nacionais, é possível que o tipo de relação

entre as variáveis contábeis e a transparência municipal se alterem.

As comparações entre resultados de estudos que utilizaram amostras de municípios de países diferentes podem explicar, em alguma medida, as divergências identificadas nessa literatura. Inclusive, a maioria das diferenças dos resultados identificados são entre estudos que utilizaram amostras de países diferentes, conforme apresentado na Tabela 03.

Shin et al. (2020) hipotetiza que a condição financeira dos governos locais influencia a transparência desses governos na Coreia do Sul. Um dos resultados empíricos utilizados para sustentar essa hipótese foi encontrado por Sol (2013, apud Shin et al., 2020) em uma investigação de municípios espanhóis. A hipótese de Shin et al. (2020) foi rejeitada.

Enquanto o estudo de Brás e Dowley (2021) indica que o logaritmo natural da dívida municipal per capita influencia negativamente a transparência de 308 municípios portugueses, os resultados trazidos por Kang e Chen (2022) sugerem que essa mesma variável influencia positivamente 476 municípios norte-americanos do estado da Califórnia.

Ao analisarem a receita municipal, Lopes et al. (2020) afirmam que os seus resultados vão de encontro ao estudo de Álvarez et al. (2010 apud Lopes et al., 2020). O primeiro encontrou uma relação negativa e o segundo teria encontrado uma relação positiva da receita corrente per capita com a transparência municipal. No entanto, Lopes et al. (2020) não discutem o fato de terem analisado 279 municípios brasileiros do Estado de Minas Gerais, enquanto Álvarez et al. (2010 apud Lopes et al., 2020) teriam avaliado os maiores municípios de 81 países em todo o mundo.

Nota-se que a desconsideração das diferenças entre países pode ajudar a explicar, em alguma medida, os resultados desencontrados dessa literatura. O desenvolvimento de hipóteses com base em estudos realizados em outros países, bem como a comparação dos resultados, precisam ser feitos com diligência, considerando os contextos nacionais e com as devidas ponderações. Essa cautela é indispensável ao desenvolvimento de uma teoria ampla e robusta, que descreva, explique e preveja com clareza a relação entre as variáveis contábeis e a transparência municipal.

Testar possíveis mediações ou moderações das características nacionais na relação entre as variáveis contábeis e a transparência municipal pode ser uma forma de avançar o estado da arte relacionado a essa literatura.

3.2 A NEGLIGÊNCIA DOS EFEITOS REGIONAIS EM TERRITÓRIO NACIONAL

Diferenças culturais e político-institucionais também podem estar presentes no território nacional. Sobretudo em países com dimensões continentais como China, Estados Unidos e Brasil, a depender da região na qual o município está localizado, os gestores podem ter diferentes condições e motivações para divulgarem informações. É possível que uma mesma variável contábil que influencie a gestão a ser mais transparente em um estado/região, não exerça efeitos significativos ou até mesmo influencie negativamente em outro.

A teoria da agência e da legitimidade ajudam a explicar os diferentes incentivos regionais à divulgação de informações. Não é possível descartar que as relações de agência entre governo local e municípios, bem como a intensidade da busca por legitimidade como estratégia política/eleitoral, se alterem a depender da região. No Brasil, por exemplo, não parece adequado supor que municípios da região Norte e Sul apresentam níveis semelhantes de assimetria informacional entre gestores municipais e municípios. Por outro lado, a divulgação de informações econômico-financeira, fiscal e orçamentária não parece legitimar da mesma forma municípios do Nordeste e Sudeste. As próprias crenças e valores que direcionariam os gestores em busca de legitimidade podem variar a depender da cultura regional.

Desta forma, nos estudos que utilizam amostras nacionais, não controlar o efeito regional na análise da relação entre variáveis contábeis e transparência municipal pode enviesar os resultados. Ademais, as comparações entre estudos que se limitaram a investigar governos locais de estados/regiões específicos também devem ser feitas com diligência.

Sun e Andrews (2020) utilizam uma amostra nacional e controlam potenciais efeitos regionais ao investigarem os influentes da transparência de municípios chineses. Baldissera et al. (2023) e Costa et al. (2020) também utilizam amostras nacionais e controlam possíveis efeitos regionais ao investigarem os influentes da transparência de municípios brasileiros. No entanto, apesar de também utilizarem uma amostra nacional, Fenner et al. (2022), Gramacho (2022) e Pagliari et al. (2020) não controlam esses possíveis efeitos regionais.

Araújo et al. (2020) realizam duas análises que reforçam uma possível influência da cultura regional na transparência municipal. Na primeira, utiliza 1415 municípios brasileiros como amostra. Entre os resultados encontrados, os autores apontam que as variáveis contábeis despesas e receitas municipais, bem como as transferências recebidas, não exercem efeitos significativos na transparência dos municípios analisados. Na segunda análise, os autores utilizam 108 municípios mineiros como amostra e identificam uma influência negativa da despesa e positiva das transferências recebidas na transparência dos municípios mineiros.

Desconsiderar possíveis efeitos da cultura regional pode enviesar os resultados dos estudos que buscam investigar se variáveis contábeis exercem influência na transparência dos municípios. Essa negligência pode ajudar a explicar os resultados divergentes dessa literatura. Espera-se que o avanço dessa literatura passe pelo controle desses efeitos regionais na análise da relação entre as variáveis.

3.3 LIMITAÇÕES NA SELEÇÃO DAS AMOSTRAS E NA GENERALIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Muitos estudos selecionam suas amostras por conveniência e limitam as investigações a regiões ou estados específicos. No Brasil, são considerados especificamente municípios dos estados de Minas Gerais (Santos et al., 2021; Araujo et al., 2020; Lopes et al., 2020), Paraíba (Santos e Machado, 2021), Paraná (Romero e Mello, 2021), Ceará (Diniz et al., 2020), Espírito Santo (Mata, 2022) e Pernambuco (Carlos Filho et al., 2021).

Essa regionalização da análise pode ser explicada pela dificuldade de acesso a dados relevantes de muitos municípios. Ainda assim, as comparações dos resultados de artigos que utilizam amostras de diferentes regiões podem ser inadequadas pelos possíveis efeitos regionais discutidos na subseção anterior. Mesmo nos estudos que utilizaram amostras de todas as regiões do país, quando a seleção não é aleatória/probabilística, compromete-se a generalização dos resultados e, por conseguinte, pode inviabilizar-se as comparações.

Enquanto Mata (2022) identifica um efeito positivo da receita na transparência de 78 municípios do Espírito Santo, os resultados de Santos et al. (2021) indicam que a receita influencia negativamente 204 municípios mineiros. Por sua vez, Pagliari et al. (2020) seleciona 360 municípios brasileiros por meio da técnica de amostragem estratificada - considerando os estados como estratos - e apresenta como resultado que a receita total não exerce influência significativa na transparência dos municípios brasileiros.

A comparação desses estudos, sem a devida ponderação acerca das amostras utilizadas e sua forma de seleção, pode ajudar a explicar, em alguma medida, os resultados divergentes da literatura e dificultar a construção de uma teoria nesse campo de estudo.

Uma teoria científica pode ser entendida como um conjunto de conceitos inter-relacionados, definições e proposições, construídos de forma sistemática e capaz de descrever, explicar e prever de forma ampla e robusta os fenômenos de uma determinada área do

conhecimento (Iudícibus, 2012). Assim, na construção ou teste de uma teoria, quando as amostras dos estudos empíricos não são selecionadas de forma probabilística, os resultados não devem ser generalizados, dificultando a abrangência e o desenvolvimento teórico.

3.4 DIVERGÊNCIAS NA OPERACIONALIZAÇÃO DE VARIÁVEIS CONTÁBEIS

As informações contábeis permitem captar a situação econômico-financeira dos municípios e o desempenho das gestões. Assim, com base na racionalidade dos indivíduos e dada as diversas realidades entre os governos locais, espera-se que os gestores tenham diferentes motivações/condições para serem mais ou menos transparentes. No entanto, a capacidade de a contabilidade expressar a realidade econômico-financeira municipal passa pela adequação das informações utilizadas.

Foram identificadas divergências na literatura entre as *proxies* contábeis utilizadas para representar um mesmo construto. Por exemplo, Baldissera et al. (2023) utilizam o total do passivo permanente mais o passivo financeiro menos o ativo financeiro, dividido pela receita corrente líquida, como *proxy* do nível de endividamento. Por sua vez, Brás e Dowley (2021) utilizaram o logaritmo natural da dívida municipal per capita. Os resultados encontrados pelos autores divergem. A variável apresentou influência negativa na transparência municipal no estudo de Brás e Dowley (2021), enquanto Baldissera et al. (2023) indica que a variável não exerce influência estatisticamente significativa.

Em muitos casos, a diferença na operacionalização das variáveis contábeis passa por considerar as informações totais ou per capita. Ainda que muitos autores ponderem a variável endividamento pelo número de habitantes do município (Kang e Chen, 2022; Fenner et al., 2022; Martín et al., 2022; Brás e Dowley, 2021; Bastida et al., 2020), outros não consideram o tamanho da população municipal nessa operacionalização (Martinho et al., 2023; Baldissera et al., 2023; Baldissera et al., 2020).

Esse tipo de problema também é identificado em outras *proxies*. As variáveis imposto, transferências recebidas, despesa e receita dos governos locais também são ponderadas pelo total de munícipes em alguns estudos (Martinho et al., 2023; Martín et al., 2022; Santos et al., 2021; Bastida et al., 2020; Lopes et al., 2020; Araújo et al., 2020) e não em outros (Thuy e Lim, 2023; Romero e Mello, 2021; Pagliari et al., 2020; Mata, 2022). Não ponderar as variáveis pelo total de habitantes é problemático, sobretudo, quando há uma grande variação do tamanho da população entre os municípios analisados.

A heterogeneidade no processo de mensuração das variáveis contábeis pode, em alguma medida, explicar as contradições e inconsistências nos resultados catalogados na literatura que investiga se informações contábeis influenciam a transparência municipal. É necessário acurácia na operacionalização dessas variáveis, sob pena de reduzir a validade interna dos estudos e, por conseguinte, reduzir a confiabilidade dos resultados encontrados.

3.5 INADEQUAÇÕES E RESTRIÇÕES NA MENSURAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL

O termo transparência não está ligado originalmente à divulgação de informações e prestação de contas por gestores públicos. A sua origem semântica e etimológica remonta ao século XV, remete à visão e não guarda relação com a ideia abstrata atribuída à expressão atualmente (Michener e Bersch, 2011; Hood, 2006). Nota-se que a amplitude e complexidade desse construto demandam diligência na sua operacionalização.

Ainda que delimitado o conceito de transparência pública ao processo democrático de

divulgação de informações e prestação de contas à sociedade, é possível a sua segregação em diversas dimensões. A Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional e o *International Budget Partnership* classificam a transparência pública nas perspectivas orçamentária, contábil, institucional, social, processo licitatório, midiática, contratos e convênios. A ideia é contribuir com definições mais acuradas para essa literatura.

Na literatura ora analisada, é possível identificar a utilização de *proxies* que restringem o conceito de transparência municipal ou atribuem maior peso a perspectivas específicas. Em alguns casos, capta-se a transparência nominal (quantidade de informações divulgadas) em detrimento da efetiva (informação acessível, completa, compreensível, útil e tempestiva).

Os estudos espanhóis utilizaram *proxies* diferentes para a transparência municipal. Rieiro-García et al. (2023) consideram o Índice de Relatórios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - baseado em 60 itens - que mensura o nível de informações ambiental, social e governança divulgadas pelos municípios. Martín et al. (2022) mensuraram a Transparência Municipal da Gestão de Resíduos com base em 64 indicadores (9 de legalidade, 10 da transparência internacional das câmaras municipais, 32 de gestão, 5 de qualidade do *website* e 8 orçamentários). Tejedo-Romero e Araujo (2020) utilizaram o índice produzido pela *Transparency International Spain*, baseado em 80 indicadores distribuídos em seis áreas: ativos e corporação municipal; *website*, relacionamento social e participação cidadã; econômico-financeiro; contratos, convênios, subsídios e custos dos serviços; urbanismo, obras públicas e ambiente; e direito de acesso à informação.

Estudos sul coreanos também utilizaram *proxies* diferentes para a transparência dos governos locais. Enquanto Hong (2020) considera a proporção das solicitações de cidadãos atendidas, o tempo para divulgar as informações solicitadas e a qualidade dessa divulgação, Shin et al. (2020) consideram a integridade da instituição pública, a taxa de divulgação de dados, o número de dados administrativos e de dados públicos abertos.

Diferente dos casos espanhóis e sul coreanos, onde são notadas diferenças fundamentais na operacionalização do construto transparência municipal, todos os estudos portugueses identificados utilizaram o *Municipal Transparency Index* (MTI) como *proxy* (Vieira, 2023; Martinho et al., 2023; Brás e Dowley, 2021; Tavares e Cruz, 2020). O MTI considera 76 indicadores em 7 dimensões: informações organizacionais, composição social e funcionamento do município; planos e planejamento; impostos, taxas, taxas de serviços e regulamentos locais; relacionamento com os cidadãos; compras públicas; transparência econômico-financeira; e planejamento urbano. Cada indicador corresponde a uma *dummy* ligada à disponibilidade de determinada informação. Isto é, restringe-se à verificação da existência de dados específicos no *site* dos municípios e não considera a acessibilidade e qualidade das informações.

As diferenças de *proxies* para a transparência pública municipal também são identificadas entre estudos que investigaram a influência de variáveis contábeis em governos locais brasileiros, inclusive, aqueles que utilizaram amostras nacionais (Baldiisera et al., 2023; Fenner et al., 2022; Gramacho, 2022; Costa et al., 2020; Baldiisera et al., 2020; Pagliari et al., 2020; Araújo et al., 2020).

Costa et al. (2020) operacionalizaram a transparência municipal por meio de um *checklist* com 38 quesitos, baseados nos modelos de Kronbauer et al. (2015 apud Costa et al., 2020) e Souza e Peixe (2017 apud Costa et al., 2020), que por sua vez, consideraram 32 e 60 indicadores em seus estudos, respectivamente. Pagliari et al. (2020) desenvolveram um índice de transparência baseado na divulgação de documentos relacionados à execução orçamentária e financeira no *site* da prefeitura (peso de 55%), quantidade de anos em que as informações são disponibilizadas e a frequência com que são atualizadas (peso de 5%) e facilidade de acesso aos dados (peso de 40%).

Araújo et al. (2020) e Gramacho (2022) utilizaram o Índice da Escala Brasil Transparente (EBT) da Controladoria-Geral da União (CGU) para mensurar a transparência. O primeiro considerou a 3ª edição da EBT, onde foi avaliada apenas a transparência passiva dos municípios. O segundo considerou a 2ª edição da EBT Avaliação 360°, onde foram consideradas as transparências ativa e passiva. Na ativa, as informações são divulgadas por iniciativa da organização, por obrigação legal ou de forma voluntária. Na passiva, as informações são disponibilizadas conforme requisições dos cidadãos.

As notas do Ranking Nacional de Transparência atribuídas pelo Ministério Público Federal (MPF) também foram utilizadas como *proxy* da transparência dos municípios brasileiros (Baldissera et al., 2023; Fenner et al., 2022; Baldissera et al., 2020). O MPF avaliou a transparência ativa (20 itens), passiva (10 itens) e boas práticas de transparência (2 itens).

Nota-se a falta de homogeneidade na mensuração da transparência dos governos locais em diversos países. As restrições e inadequações na operacionalização do construto explicam, em alguma medida, as contradições e inconsistências nos resultados catalogados na literatura. Esse gargalo pode prejudicar a validade interna dos estudos e a comparação entre os seus resultados, obstando o avanço do estado da arte relacionado ao tema.

São necessárias características como tempestividade, compreensibilidade, relevância e acessibilidade para que a divulgação de uma informação pela gestão gere uma transparência efetiva. O reducionismo e a negligência na mensuração da transparência municipal podem afastar a *proxy* do seu construto teórico. Além disso, a depender da *proxy* utilizada, os estudos podem abarcar o conceito sob prismas diferentes.

3.6 ESCOLHA E VALIDAÇÃO INADEQUADAS DOS MODELOS ECONÔMICOS

A abordagem metodológica predominante entre os 32 estudos selecionados compreende à utilização de regressões lineares múltiplas em análises *cross-section*, com estimação dos parâmetros pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Essa homogeneidade é ainda mais acentuada entre os artigos nacionais. Dos 14 estudos que utilizaram municípios brasileiros como amostra, 13 basearam as suas análises em um ano específico e 11 utilizaram o MQO.

As características dos dados e a natureza do problema investigado são pontos que devem balizar a escolha da abordagem metodológica. Nestes termos, em regra, regressões múltiplas via MQO mostram-se viáveis. A técnica permite verificar a possível influência de fatores independentes (variáveis contábeis) na variável explicada (transparência municipal), permitindo isolar os efeitos dos demais fatores (variáveis de controle).

Sob as hipóteses do Modelo Clássico de Regressão Linear, os parâmetros estimados via MQO atendem ao Teorema de Gauss-Markov e, assim, são estimadores eficientes. Isto é, são os melhores estimadores lineares não-viesados. Entre essas hipóteses, destacam-se a ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes, a homoscedasticidade do termo de erro e a ausência de viés de especificação do modelo. Ademais, para serem viabilizadas as inferências sobre os parâmetros do modelo (testes de hipóteses), é necessário considerar a premissa de normalidade do termo de erro da regressão (Gujarati e Porter, 2011). O atendimento dessas premissas é essencial à obtenção de um modelo robusto, capaz de fornecer resultados confiáveis. Acontece que, não raramente, elas são negligenciadas.

A multicolinearidade entre as variáveis independentes pode inviabilizar a identificação da influência separada de cada uma das variáveis correlacionadas na transparência municipal. Quanto maior a colinearidade entre duas variáveis independentes, *ceteris paribus*, maiores as variâncias dos seus respectivos estimadores. No limite, em caso de colinearidade perfeita, tais

variâncias tornam-se infinitas, impossibilitando os testes de hipóteses. Mesmo diante da importância de tratar possíveis multicolinearidade, estudos nacionais (Baldissera et al., 2020; Pagliari et al., 2020; Diniz et al., 2020) e internacionais (Tavares e Cruz, 2020; Hong, 2020; Shin et al., 2020), que estimaram os parâmetros dos seus modelos via MQO, não investigaram a existência desse relevante problema.

A heteroscedasticidade do termo de erro é outro fator capaz de tornar os parâmetros estimados via MQO ineficientes. Caso a variância não seja constante, não será atendido o teorema de Gauss-Markov e os estimadores não serão os melhores estimadores lineares não-viesados. Ainda assim, foram identificados estudos nacionais (Carlos Filho et al., 2021; Pagliari et al., 2020; Diniz et al., 2020) e internacionais (Martín et al., 2022; Bastida et al., 2020; Shin et al., 2020; Hong, 2020; Tavares e Cruz, 2020) que nem citam esse possível problema e, logo, não realizam testes para a verificação da premissa de homoscedasticidade.

Por sua vez, o não atendimento da hipótese de ausência de viés de especificação do modelo pode acarretar estimadores enviesados, ou a perda de sua eficiência, situações em que o Teorema de Gauss-Markov também deixaria de ser válido. Em geral, os estudos identificados que utilizam MQO não realizam testes para verificar se o modelo está corretamente verificado. Além disso, os modelos finais consideram variáveis que não apresentaram significância estatística, o que pode gerar a perda de eficiência dos demais estimadores. Poucos trabalhos consideram apenas as variáveis estatisticamente significativas no modelo final (Martín et al., 2022; Romero e Mello, 2021; Shin et al., 2020; Araújo et al., 2020).

Apesar de não influenciar no viés de estimação, a distribuição normal do termo de erro é indispensável à realização de inferências a respeito dos parâmetros da regressão, de modo a viabilizar testes importantes como o T, F e χ^2 . Dito isso, tem-se que nenhum dos seis estudos internacionais que utilizaram MQO declararam ter testado a premissa de normalidade do termo de erro (Martín et al., 2022; Tavares e Cruz, 2020; Sun e Andrews, 2020; Bastida et al., 2020; Hong, 2020; Shin et al., 2020). Também foram identificados estudos nacionais que não citam a premissa de normalidade (Baldissera et al., 2023; Carlos Filho et al., 2021), ou presumem a distribuição normal dos resíduos sem fazer nenhum teste estatístico (Diniz et al., 2020), ou identificou a violação da premissa e não tratou o problema (Pagliari et al., 2020).

Após identificar que os resíduos das regressões não seguem distribuição normal, alguns autores citam o Teorema do Limite Central (TLC) para relaxar tal pressuposto (Gramacho, 2022; Costa et al., 2020). A ideia é que o TLC flexibilizaria a premissa de normalidade para amostras grandes, não prejudicando, dessa forma, a consistência do modelo (Costa et al., 2020). No entanto, além de grande, a amostra deve ser selecionada aleatoriamente (Macedo 2022), o que não acontece com a maioria dos estudos analisados. Assim, maximiza-se a importância de testes estatísticos que verifiquem se a distribuição do termo de erro segue distribuição normal.

Adicionalmente, destaca-se que todos os estudos que utilizaram o MQO trabalharam com variáveis dependentes (transparência municipal) truncadas, em decorrência da natureza da própria variável. Os índices de transparência utilizados trata-se de variáveis contínuas limitadas ao intervalo 0 e 1 (Martín et al., 2022; Hong, 2020; Costa et al., 2020; Lopes et al., 2020), 0 e 4 (Diniz et al., 2020), 0 e 10 (Baldissera et al., 2023; Gramacho, 2022; Pagliari et al., 2020; Araújo et al., 2020; Baldissera et al., 2020), 0 e 18 (Romero e Mello, 2021), 0 e 100 (Mata, 2022; Sun e Andrews, 2020; Tavares e Cruz, 2020), 0 e 1000 (Carlos Filho et al., 2021) e maior que 0 (Shin et al. 2020; Bastida et al., 2020). Nesses casos, onde o modelo de regressão conta com variáveis dependentes truncadas, não estariam garantidos estimadores não viesados. Uma opção a ser considerada é o modelo TOBIT, considerado eficiente para estimar a relação entre uma variável dependente censurada/truncada e as variáveis explicativas (Rieiro-García et al., 2023; Santos et al., 2021).

Ainda que não sejam exaustivas, as lacunas apresentadas acerca da escolha e validação dos modelos econométricos são suficientes para prejudicarem a obtenção de resultados robustos. Um modelo construído ao custo da negligência de suas premissas pode tornar-se infrutífero e, por conseguinte, os resultados e interpretações fornecidos a partir dele carecem de confiabilidade.

Todos esses desencontros metodológicos podem explicar, em alguma medida, as contradições e inconsistências nos resultados catalogados na literatura que investiga se informações contábeis influenciam a transparência municipal. O avanço do estado da arte relacionado ao tema deve passar, necessariamente, pela adoção de modelos econométricos mais robustos, sob pena de comprometer a validade interna e externa dos estudos, além de inviabilizar a comparação dos seus resultados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar se variáveis contábeis influenciam a transparência dos governos locais pode ser útil a órgãos de controle externo, poderes legislativos e, sobretudo, aos cidadãos. No entanto, os resultados divergentes na literatura comprometem a credibilidade de quaisquer descrições, explicações e previsões dos níveis de transparência municipal a partir de variáveis contábeis. Isso dificulta a construção de teorias e desincentiva a utilização prática dos conhecimentos produzidos. Neste cenário, o presente ensaio objetivou entender os desencontros dessa linha de pesquisa e refletir a respeito de possíveis meios de avançar o estado da arte.

Após uma ampla revisão da literatura, foram analisados 32 estudos empíricos nacionais e internacionais que testaram variáveis contábeis como influentes da transparência de governos locais. Além de argumentos teóricos concorrentes, foram identificadas comparações inoportunas e abordagens metodológicas inadequadas que podem ajudar a explicar a dessincronia dos resultados catalogados nessa literatura.

É comum a comparação dos resultados de estudos que utilizaram amostras de governos locais de países diferentes. Além disso, alguns autores sustentam suas hipóteses de pesquisa em artigos que avaliaram os influentes da transparência municipal de países diversos, sem considerar possíveis especificidades político-institucionais, legais, administrativas e culturais capazes de alterar a forma da relação entre as variáveis.

Diferenças culturais com potencial de alterar a relação entre as variáveis contábeis e a transparência municipal também podem estar presentes dentro do mesmo país. Assim, o fato de alguns estudos utilizarem amostras nacionais sem controlarem possíveis efeitos regionais pode enviesar os resultados. Por sua vez, comparações feitas entre artigos que limitaram suas amostras a regiões/estados específicos podem não ser adequadas. Mesmo nos estudos que utilizam amostras nacionais, quando a seleção não é probabilística, compromete-se a generalização dos resultados e, por conseguinte, prejudicam-se as comparações.

Também foram identificadas divergências entre os estudos na mensuração de variáveis contábeis como endividamento, impostos, transferências recebidas, despesas e receitas dos governos locais. Quanto à operacionalização da transparência municipal, as *proxies* utilizadas muitas vezes restringem ou atribuem maior peso a perspectivas específicas da transparência. Ademais, são utilizados índices de transparência diferentes entre estudos de municípios de um mesmo país como Espanha, Coreia do Sul e Brasil. Não raramente, capta-se a transparência nominal em detrimento da transparência efetiva.

A escolha e validação inadequadas dos modelos econométricos são outros fatores problemáticos que podem ajudar a explicar a dessincronia entre os resultados. A abordagem metodológica predominante na literatura passa pelo uso de regressões lineares múltiplas com

estimação dos parâmetros via MQO. No entanto, é comum a negligência de premissas importantes do Modelo Clássico de Regressão Linear como a ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes, homoscedasticidade do termo de erro e ausência de viés de especificação do modelo, que por sua vez, garantiriam estimadores eficientes. Ademais, muitos estudos ainda desconsideram a distribuição normal do termo de erro das regressões, prejudicando as inferências sobre os parâmetros do modelo.

Ainda em âmbito metodológico, observa-se que todos os artigos que utilizaram o MQO consideraram variáveis dependentes (índices de transparência) truncadas. Nesses casos, não seria possível garantir estimadores não viesados.

Esta pesquisa traz importantes implicações teóricas e metodológicas ao discutir lacunas da linha de pesquisa que investiga os influentes da transparência dos governos locais. Além disso, dada a relevância dessa linha de pesquisa aos cidadãos, órgãos de controle externo e poderes legislativos, considera-se que o artigo também traz implicações práticas/sociais indiretas.

A partir de tais diagnósticos, espera-se que o avanço do estado da arte relacionado ao tema deva passar, necessariamente, por uma reforma metodológica que envolva a escolha de *proxies* e seleção de amostras mais adequadas, métodos condizentes com os objetivos das pesquisas e a validação dos modelos econométricos utilizados. Antes desse aperfeiçoamento metodológico, a comparação entre os resultados dessa literatura e a escolha de qualquer argumento teórico para explicar a relação entre variáveis contábeis e transparência municipal restará fragilizada.

REFERÊNCIAS

- Araujo, J. M. D., Martin, D. G., Ferreira, M. A. M. & Faria, E. R. D. (2020). Fatores determinantes do nível de transparência governamental. *Revista Científica Hermes*, 27, 228-251. <https://doi.org/10.21710/rch.v27i0.504>
- Baldissera, J. F., Dall'Asta, D., Vesco, D. G. D., Scarpin, J. E. & Fiirst, C. (2023). Determinants of public transparency: A study in brazilian local governments. *Public Money & Management*, 43(4), 331-339. <https://doi.org/10.1080/09540962.2021.1965390>
- Baldissera, J. F., Dall'Asta, D., Casagrande, L. F., & Oliveira, A. M. B. D. (2020). Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 340-359. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190048>
- Bastida, F., Estrada, L. & Guillamón, M. D. (2020). Determinants of Financial E-Transparency in Honduran Municipalities. *International Journal of Public Administration in the Digital Age*, 7(2), 23-37. <http://doi.org/10.4018/IJPADA.2020040102>
- Bearfield, D. A. & Bowman, A. O. (2016). Can You Find It on the Web? An Assessment of Municipal E-Government Transparency. *American Review of Public Administration*, 47(2), 1-17. <https://doi.org/10.1177/0275074015627694>
- Beblavá, E. S., Kollárik, M., & Sloboda, M. (2016). Exploring the Determinants of Transparency of Slovak Municipalities. *NISPACEE Journal of Public Administration and Policy*, 9(2), 121-145. <https://doi.org/10.1515/nispa-2016-0017>
- Birskyte, L. (2018). Determinants of Budget Transparency in Lithuanian Municipalities. *Public Performance & Management Review*, 42(3), 707-731. <https://doi.org/10.1080/15309576.2018.1507915>
- Brás, G., & Dowley, K. (2021). Impact of demographic, political and financial factors on municipal transparency: a dynamic panel approach. *International Journal of Public Sector Management*, 34(2), 101-117. DOI: 10.1108/IJPSM-11-2019-0289
- Carlos Filho, F. A., Façanha Neto, I. F., Rebouças, S. M. D. P. & Guimarães, D. B. (2021). Consistência e convergência contábil: relevantes para transparência na administração pública? *Revista Gestão em Análise*, 10(1), 214-225. <https://doi.org/10.12662/2359-618xregea.v10i1.2021>
- Costa, G. M., Xavier Júnior, A. E., Rêgo, T. D. F., & Macêdo, A. F. P. D. (2020). Nível de transparência dos municípios de médio porte brasileiros: Um estudo sobre a relação dos indicadores socioeconômicos e demográficos. *Revista Interface*, 17(edição especial – 10 anos do PPGP), 35-57. Recuperado de <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/1160>
- Diniz, G. M., Pontes, P. A., & Pinheiro B. G. (2020). A relação entre a transparência digital dos municípios cearenses e seus indicadores políticos, sociais e econômicos. *Rev. Controle*,

Fortaleza, 18(2), 133-163. <https://doi.org/10.32586/rcda.v18i2.553>

- Fenner, V. U., Visentini, M. S., & Smolski, F. M. D. S. (2022). Transparência pública municipal: análise das variáveis políticas e socioeconômicas determinantes. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(52), 79-94. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2022.e84420>
- Galli, E., Rizzo, I., & Scaglioni, C. (2020). Is transparency spatially determined? An empirical test for Italian municipalities. *Applied Economics*, 52(58), 6372-6385. <https://doi.org/10.1080/00036846.2020.1795068>
- Gramacho, F. F. (2022). A Relação entre Gestão Fiscal e Transparência: Uma Análise das Prefeituras Brasileiras. In. 22º USP International Conference in Accounting, 1-14. Recuperado de <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3661.pdf>
- Gramacho, F. F. (2024). *Os influentes demográficos, socioeconômicos, político-institucionais e contábeis fiscais da transparência municipal: uma abordagem quantílica*. 129 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Bahia. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39020/1/Franklin%20Gramacho%20-%20Disserta%20c3%a7%20c3%a3o%20Mestrado.pdf>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2011.
- Herman, F., Marques, F. P. J. & Miola, D. (2022). What factors influence the quality of local governments' digital transparency? Evidence from the Brazilian case. *Revista Opinião Pública*, 28(3), 857-884. <http://doi.org/10.1590/1807-01912022283857>
- Hong, S. (2020). Electoral Competition, Transparency, and Open Government Data. The 21st Annual International Conference on Digital Government Research, *Association for Computing Machinery*, 301-309. <https://doi.org/10.1145/3396956.3398254>
- Hood, C. (2006). Transparency in Historical Perspective. In C. Hood & D. Heald (eds.), *Transparency: The Key to Better Governance?* New York: Oxford University Press, 2-13. <https://doi.org/10.5871/bacad/9780197263839.003.0001>
- Iudícibus, S. (2012). Teoria da contabilidade: evolução e tendências. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ* (online), 17(2), 5-13. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcmccuerj/article/view/5389/4102>
- Kang, H. & Chen, G. (2022). Can better financial conditions lead to more fiscal transparency? Evidence from municipalities in California. *Local Government Studies*, 48(5), 821-841. <https://doi.org/10.1080/03003930.2021.1919634>
- Lopes, G. B., Valadares, J. L., Azevedo R. R. D., & Leroy, R. S. D. (2020). Determinantes da transparência municipal em Minas Gerais: Análise com base na lei de acesso à informação.

- Pensar Contábil*, 22(79), 39-49. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/61393/determinantes-da-transparencia-municipal-em-minas-gerais--analise-com-base-na-lei-de-acesso-a-informacao/i/pt-br>
- Macedo, A. S. M. (2022). *Voos de Lévy de fótons em vapores atômicos*. 189 f. Tese (Doutorado em Física) – Universidade Federal do Paraíba - UFPB. Recuperado de https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26067?locale=pt_BR
- Martín, A. R., Zurdo, R. P., Grande, E. U., & Sanches, F. G. (2022). Variables determinantes de la transparencia municipal en la gestión de los residuos sólidos urbanos. *Revista de Estudios Cooperativos*, 140(e79715), 1-20. <https://dx.doi.org/10.5209/REVE.79715>
- Martinho, C. A., Santos, P. A. R. G. D., Escaninha, M. & Pinho, C. P. D. S. (2023). Determinantes do índice de transparência municipal em Portugal (2013 a 2017). *Revista Gestão e Secretariado*, 14(3), 4420-4436. <http://doi.org/10.7769/gesec.v14i3.1904>
- Mata, R. S. D. (2022). Índice de disclosure dos procedimentos contábeis patrimoniais no setor público: uma análise dos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 21(e3327), 1-17. <https://doi.org/10.16930/2237-7662202233271>
- Michener, G., & Bersch, K. (2011). Conceptualizing the quality of transparency. *Political Concepts*, 49, 1–27. Recuperado de http://www.concepts-methods.org/Files/WorkingPaper/PC_49_Michener_Bersch.pdf
- Pagliari, V. L. L., Lima, N. C. & Silva, C. L. D. (2020). Gestão municipal: transparência dos portais eletrônicos como promotores do *accountability*. *Ato Z: Novas Práticas em Informação e Conhecimento*, 9(12), 1-13. DOI: 10.5380/atoz.v9i2.73180
- Rieiro-García, M., Aibar-Guzmán, B., Aibar-Guzmán, C. (2023). The 2030 Agenda in Spanish local entities: Does the government's ideological color matter? *Politics & Policy*, 51(5), 800-829. <https://doi.org/10.1111/polp.12553>
- Romero, S. A., & Mello, G. R. (2021). Determinantes da divulgação de informações financeiras do governo municipal no Oeste do Paraná. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, Florianópolis, 14(3). <https://doi.org/10.59306/reen.v14e32021111-134>
- Santos, H. G. D., Magalhães, E. A. D., Mendonça, K. B. C., & Taveira, L. D. B. (2021). Transparência pública passiva: uma análise de seus determinantes no estado de Minas gerais. *Revista Mineira de Contabilidade*, 22(3), 60-71. <https://doi.org/10.51320/rmc.v22i3.1189>
- Santos, L. D. C., & Machado, M. R. (2021). Gestão fiscal como determinante da transparência fiscal ativa: Um estudo nos municípios paraibanos. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 9(1), 77-96. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2021v9n1.45620>
- Shin, S., Kim, D. & Chun, S. A. (2020). Transparency in Local Governments in Korea. The 21st Annual International Conference on Digital Government Research, *Association for Computing Machinery*, 324-326. <https://doi.org/10.1145/3396956.3396998>

- Sun, S. & Andrews, R. (2020). The determinants of fiscal transparency in Chinese city-level governments. *Local Government Studies*, 46(1), 44-67. <https://doi.org/10.1080/03003930.2019.1608828>
- Tavares, A. F. & Cruz, N. F. D. (2020). Explaining the transparency of local government websites through a political market framework. *Government Information Quarterly*, 37(3), 1-13. <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2017.08.005>
- Tejedo-Romero, F., & Araujo, J. F. F. E. (2020). Explaining the freedom of information in local government: What influences information disclosure? *Contaduría y Administración*, 65(4), 1-29. <http://dx.doi.org/10.22201/fca.24488410e.2020.2299>
- Thuy, H. T. & Lim, S. (2023). The determinants of fiscal transparency in Vietnamese local governments. *Lex Localis - Journal of Local Self-Government*, 21(2), 297-322. [https://doi.org/10.4335/21.2.297-322\(2023\)](https://doi.org/10.4335/21.2.297-322(2023))
- Vieira, K. (2023). Influência dos indicadores relacionados com governo eletrônico no Índice de Transparência Municipal (ITM) de Portugal. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, 21, 28-43. DOI: 10.17013/risti.50.28-43
- Waheduzzaman, W. & Khandaker, S. (2022). Selected financial and governance factors influencing the transparency of council decisions: The case of city councils in Victoria, Australia. *Cities*, v.125, 1-12. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103620>
- Yuniarta, G. A. & Purnamawati, G. A. (2020). Key elements of local government transparency in new public governance. *Problems and Perspectives in Management*, 18(4), 96-106. [http://dx.doi.org/10.21511/ppm.18\(4\).2020.09](http://dx.doi.org/10.21511/ppm.18(4).2020.09)

ⁱ O efeito *flypaper* trata-se de uma regularidade observada empiricamente que se refere à maior capacidade de resposta dos gastos de governos subnacionais com o aumento das transferências intergovernamentais do que com o aumento da renda dos contribuintes. A ideia do termo *flypaper* (papel pegajoso usado para matar moscas) é destacar que o dinheiro “gruda” onde chega. Isto é, o dinheiro do setor privado tende a ser gasto no setor privado ao invés de ser tributado, enquanto o dinheiro do setor público (neste caso, as transferências intergovernamentais recebidas) tende a ser gasto pelo setor público ao invés de ser revertido aos cidadãos, por exemplo, por meio da redução de tributos.